

10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA (Assessora da PGJ, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), JORGE DE MENDONÇA ROCHA (Assessor da PGJ, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), MIGUEL RIBEIRO BAIA (Assessor da PGJ, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO (assumiu a SGJ-TA, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO (assumiu a SGJ-JI, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO (candidato à Procurador-Geral de Justiça), GERALDO DE MENDONÇA ROCHA (candidato a Procurador-Geral de Justiça), LUIZ CESAR TAVARES BIBAS (Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça), MÁRIO NONATO FALÂNGOLA (Assessor da PGJ, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006), e MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS (Assessora da PGJ, vedação: art. 10, § 2º, XII, “b”, da LC nº 057/2006). Quanto ao requerimento protocolizado sob o nº 43253/2014, de 8/10/2014, por meio do qual o candidato Marcos Antônio Ferreira das Neves formula consulta quanto à possibilidade de participar, na condição de expositor, do 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, a Comissão Eleitoral manifestou, à unanimidade, o entendimento de não há qualquer impedimento legal quanto à participação do requerente em mencionado evento, tendo em vista que não será custeado pelo Ministério Público do Estado do Pará e sim pelo Conselho Nacional do Ministério do Público, o público-alvo será completamente distinto do eleitorado da eleição destinada à elaboração da lista triplíce para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, além de que sua conduta não incide nas vedações constantes do art. 10, inciso XXXI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006, nas vedações da Resolução nº 001/2014-CE, publicada no Diário Oficial do Estado de 1º/10/2014, bem como atende as suas recomendações. No entanto Comissão Eleitoral manifestou entendimento que o candidato não poderá efetuar qualquer divulgação publicitária da participação do evento, conforme vedação expressa na legislação, no artigo 10, inciso XXXI, alíneas ‘d’ e ‘j’ da Lei Complementar Estadual nº 057/2006: “Art. 10 (...) XXXI - são vedados, nos dois meses anteriores à eleição de que trata este artigo, a fim de garantir a igualdade de oportunidade entre os candidatos: d) a utilização do site oficial do Ministério Público na internet para fins de propaganda, ressalvada a divulgação de matéria jornalística imparcial sobre a eleição; j) a utilização de recursos ou instrumentos promocionais ou publicitários externos, tais como outdoors, faixas, cartazes, trios-elétricos, alto-falantes, propaganda volante e similares”. A Comissão Eleitoral decidiu publicar AVISO dando ciência do deferimento do registro de inscrições ao cargo de Procurador-Geral de Justiça e a relação dos Procuradores de Justiça elegíveis ao cargo de Membro Efetivo do Conselho Superior do Ministério Público. Não havendo recurso ou impugnação aos respectivos registros, a Comissão Eleitoral decidiu utilizar uma única cédula eleitoral para os dois pleitos, em papel branco, com impressão dos nomes completos e fotografias dos candidatos, na cor preta, localizados os nomes dos candidatos à lista tríplice de Procurador-Geral de Justiça ao lado esquerdo da cédula, e os nomes dos candidatos ao cargo de Membro Efetivo do Conselho Superior do Ministério Público ao lado direito. A Comissão Eleitoral designará data para realizar o sorteio da ordem de disposição dos nomes dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça na cédula eleitoral. Com relação aos candidatos ao cargo de Membro Efetivo do Conselho Superior, a ordem observará o critério de antiguidade no Colégio de Procuradores de Justiça. Com relação aos votos remetidos sob registro postal, a Comissão Eleitoral decidiu que ficarão depositados no cofre do Departamento de Administração, sob a responsabilidade de seu Diretor, CARLOS ANDERSON CORRÊA SILVA, que fica orientado a receber mencionados votos do Protocolo-Geral do Ministério Público, bem como efetuar sua listagem, com a indicação da eleição para qual foram remetidos, o nome do membro, separados por entrância, o local e a data de postagem, devendo entregá-los à Comissão Eleitoral no dia da eleição, 5 de dezembro de 2014, às 8 horas. Nada mais havendo a registrar na presente ata, foi lavrada por mim, _____, JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA, Promotor de Justiça, Secretário da Comissão Eleitoral, e, depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada por todos os demais Membros da Comissão.

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão Eleitoral
DUCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça,
Membro da Comissão Eleitoral
JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA
Promotor de Justiça,
Secretário da Comissão Eleitoral

**COMISSÃO ELEITORAL
AVISO**

A COMISSÃO ELEITORAL FORMADA PARA ELEIÇÃO DESTINADA À ELABORAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de conformidade com o disposto no art. 2º, § 2º da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006, TORNA PÚBLICO que foram deferidas os registros dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça requeridos pelos Procuradores de Justiça:
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES (Protocolo n.º 41344/2014),
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA (Protocolo n.º 41852/2014),
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO (Protocolo n.º 43441/2014),
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA (Protocolo nº 43442/2014).
TORNA PÚBLICO, também, que são elegíveis ao cargo de Membro Efetivo do Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça:
RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES,
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS,
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER,
MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA,
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA,
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO,
NELSON PEREIRA MEDRADO,
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO.
Belém, 10 de outubro de 2014
CLÁUDIO BEZERRA DE MELO
Procurador de Justiça,
Presidente da Comissão Eleitoral
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça,
Membro da Comissão Eleitoral
JOÃO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA
Promotor de Justiça,
Secretário da Comissão Eleitoral

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 756596
PORTARIA N.º 375/2014-MP/SGJ-TA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas mediante as portarias n.º 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013, e n.º 4574/2013, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO que a 2ª Etapa do XII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Pará ocorrerá nos dias 18 e 19 de outubro de 2014, com a aplicação das provas discursivas;
CONSIDERANDO que deverão ser vistoriados os materiais de consulta à legislação, que serão utilizados pelos candidatos, nos termos do item 2.5, Capítulo V, e do item 16, do Capítulo VI, do Edital de Abertura de Inscrições n.º 002/2014;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 66 e 177, inciso IV, do Regime Jurídico Único do Estado do Pará (Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994);
R E S O L V E:
Art. 1º - CONVOCAR os Analistas Jurídicos do Ministério Público do Estado do Pará relacionados no Anexo I, para integrarem a equipe de vistoria de materiais de consulta à legislação, na 2ª Etapa do XII Concurso Público, nos dias 18 e 19 de outubro de 2014.
Art. 2º - Os Analistas Jurídicos convocados conforme Anexo I do presente Edital deverão estar presentes no dia 17/10/2014, às 15h, no Auditório da Infância e Juventude, onde haverá a orientação pela Fundação Carlos Chagas, quanto aos procedimentos de vistoria de materiais jurídicos, por ocasião da aplicação das provas discursivas.
Art. 3º - Os Analistas Jurídicos deverão apresentar-se no local de aplicação das provas discursivas nos dias 18 e 19/10/2014,

conforme horários informados no Anexo II do Edital, para que procedam à vistoria dos materiais jurídicos, devendo permanecer no local até o horário determinado.
Art. 4º - A contrapartida pela prestação do serviço, aos Analistas Jurídicos que recebem gratificação de função, será a concessão de 02 (duas) folgas, com gozo em até 01 (um) ano, a contar da data da realização da prova, condicionada ao ajuste prévio com a chefia imediata.
Art. 5º - Aos Analistas Jurídicos que não recebem a referida gratificação, será concedido o pagamento de 02 (dois) plantões.
Art. 6º - O servidor que não atender à convocação, exceto nos casos previstos no art. 2º desta Portaria, estará sujeito à aplicação das penalidades previstas na Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA PARA ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Belém, 9 de outubro de 2014.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça – Área Técnico-Administrativa.
Anexo I

ANALISTAS JURÍDICOS

Rafael Teodoro Correia
Adauto Ferreira de Azevedo Neto
Joelma de Oliveira Paulo
Andrey Magalhães Barbosa
Livia Coutinho da Ponte
Sara Michelle Sousa de Freitas
Luiza Tabosa Loureiro de Faria
Helida Helena Oliveira Melul
Michel Franklin Borges
Monica Luciana Kouri Ferreira
Rafael de Moura Souza
Elayne Christina Oliveira Pantoja
Breno Inácio Gaiosio
Sylvia Natally Fernandes da Silva
Camila Thiers Machado
Erica Monique Nunes da Costa
Livia Lanoa Consenza
Diego Ribeiro de Oliveira
Isabella da Costa Ferreira dos Anjos
Pedro de Oliveira Carvalho
Carina Ribeiro Viana
Barbara Jasse Cunha
Tiago Rafael Barros Gomes
Amanda Moraes da Cunha
Marina Tocantins Kabuki
Analistas Jurídicos
Bruno Rodrigo das Chagas Lopes
Márcio de Leão Martins
Aline dos Santos Bohadana
Michele Barbosa de Brito
Lorena Mesquita da Silva
José Eloisio dos Santos Neto
Alex Adam Martins Oliva
Laise Helena B. Araújo Sales Pinheiro
Illa Aguiar Batista
Naldson Luis Teixeira Freitas
Tulio Carlos Souza Ortiz
Fernanda Alves de Souza
Érika Patricia Vasconcelos de Oliveira
Felipe da Costa Giestas
Fábio Regateiro da Silva

ANEXO II

Horário de apresentação dos vistoriadores de materiais
DIA 18/10/2014 (SÁBADO – TURNO TARDE) – CHEGADA - 13:00H
SAÍDA - 17:00H
DIA 19/10/2014 (DOMINGO – TURNO MANHÃ) – CHEGADA - 07:00H
SAÍDA - 11:00H
DIA 19/10/2014 (DOMINGO – TURNO TARDE) – CHEGADA - 14:00H
SAÍDA - 17:00H

EXTRATO DA ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2014
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 756643
DATA E HORA – 10.10.2014, das 10:30h às 10:50h.
LOCAL – Plenário “Octávio Proença de Moraes”, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES** –